

Ed Alves CB/DA Press



Despacho do ministro Bruno Dantas cita as perdas do BRB com operações realizadas com o Master

CASO MASTER

TCU quer detalhes sobre socorro ao BRB

Tribunal de Contas estipula prazo de 15 dias para governo e instituições apresentarem estudos sobre impacto fiscal e viabilidade jurídica da possível federalização de banco do DF

» IAGO MAC CORD

O ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), determinou, na noite de ontem, que o Ministério da Fazenda e as principais instituições financeiras públicas federais prestem esclarecimentos detalhados sobre a possível federalização do Banco de Brasília (BRB).

O despacho estabelece prazo de 15 dias para que a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil (BB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Tesouro Nacional, ligado à Fazenda, enviem estudos, notas técnicas e registros de tratativas sobre o tema. A medida foi motivada por representação do Ministério Público junto ao TCU, que aponta dificuldades de liquidez e riscos reputacionais na instituição brasiliense.

O documento destacou “materialidade potencial elevada” da operação, citando dados de reportagens que indicam números alarmantes sobre a saúde financeira do banco distrital: R\$ 6 bilhões de necessidade estimada de aporte de capital e mais de R\$ 12 bilhões de exposição a ativos sem lastro (superior a este valor) referente à carteira de créditos poderes do Banco Master — liquidado em novembro de 2025 pelo Banco Central — comprada pelo BRB, que anunciou a intenção de compra do Master em março de 2025. Contudo, o BC vetou a operação no mês de setembro do mesmo ano.

Dantas justificou a diligência como um “poder-dever de cautela”, visando evitar danos ao patrimônio público federal e garantir que o TCU avalie a viabilidade técnica e jurídica antes que eventuais atos de federalização sejam consolidados. Ele ainda afirmou que “há indícios suficientes de irregularidade” e “risco de efeitos relevantes sobre o patrimônio público federal justificam, sob o prisma do poder-dever de cautela, a realização de diligências para elucidação de fatos e saneamento processual, a fim de subsidiar o exame de admissibilidade e evitar arquivamento prematuro da questão”.

As diligências foram segmentadas de acordo com a atuação de cada ente citado. No caso da Fazenda e do Tesouro, eles precisam encaminhar ao Tribunal estudos sobre o

impacto fiscal nas contas da União em caso de assunção de responsabilidades do BRB, além de registros de grupos de trabalho ou despachos sobre o tema.

Inicialmente, a área técnica do Tribunal de Contas sugeriu o arquivamento do processo, argumentando que o BRB é controlado pelo Distrito Federal e que não havia um ato administrativo federal concreto. No entanto, Dantas divergiu, apontando que uma declaração pública do secretário do Tesouro, Rogério Ceron — que também preside o Conselho de Administração da Caixa —, confirmou que a estatal avaliaria o BRB como uma “oportunidade de negócio”.

O magistrado ressaltou que, em reestruturações bancárias, as decisões costumam ser rápidas e sigilosas, o que exige uma atuação tempestiva do Tribunal para não ser confrontado com um “fato consumado”. Caso os documentos contenham informações protegidas por sigilo bancário ou legal, eles deverão ser enviados com a devida classificação para tratamento restrito no TCU.

Novas regras

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou que não existe risco sistêmico decorrente das fraudes do Banco Master. Em entrevista ao *Flow Podcast*, ontem, disse que o impacto do rombo financeiro está restrito ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), um fundo privado mantido pelas instituições bancárias brasileiras para proteger correntistas.

De acordo com Haddad, a fraude foi desenhada especificamente para explorar uma “brecha na legislação”, identificada pelo banqueiro Daniel Vorcara, dono do Master, que operou se aproveitando desse “vácuo regulatório” no FGC, utilizando a emissão massiva de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) que possuíam garantia de até R\$ 250 mil por CPF. O ministro ainda reforçou que o Banco Central está realizando uma revisão completa de suas normas para evitar a repetição de casos como o do Master.

O objetivo dessa reformulação, segundo o ministro, é fechar as brechas legislativas encontradas e garantir que casos semelhantes de descontrole em emissões bancárias não voltem a ocorrer no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

COMÉRCIO EXTERIOR

Governo recua em aumento de impostos

» GIOVANNA SFALSIN

Devido à repercussão negativa no aumento de impostos sobre vários produtos importados, como notebooks e smartphones, o Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), ligado à Camex, ontem, decidiu derrubar a tarifa adicional de 105 produtos classificados como bens de capital e itens de informática e telecomunicações.

No início deste mês, o governo federal aumentou o imposto sobre mais de mil produtos importados. Com o recuo, ficam restabelecidas as alíquotas anteriores para 15 produtos eletrônicos que foram incluídos no pacote anunciado pelo governo.

A decisão foi publicada por meio das resoluções nº 852 e 853 e passa a valer após divulgação no *Diário Oficial da União*. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a redução ocorre pelo mecanismo chamado ex-tarifário, que permite diminuir temporariamente o imposto de importação

para produtos sem similar fabricado no Brasil. No caso dos 105 itens, a isenção será válida por 120 dias.

Entre os produtos que tiveram o aumento cancelado estão smartphones e notebooks, que voltam a ter alíquota de 16%. A proposta anterior previa elevar o tributo dos celulares para 20%. Também retornam às taxas antigas, de 10,8%, itens como placas-mãe, roteadores, mouses, memórias SSD e gabinetes de computador.

O aumento inicial atingia mais de 1.200 produtos, incluindo máquinas, equipamentos médicos, componentes eletrônicos e itens usados na construção e na agroindústria. A estimativa do governo era arrecadar cerca de R\$ 14 bilhões em 2026 com a elevação das tarifas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vinha defendendo a alta do imposto como forma de proteger a indústria nacional e corrigir distorções no comércio exterior. Segundo ele, a maior parte dos produtos atingidos é fabricada no Brasil e o aumento afetaria apenas os importados. (Com informações da Agência Brasil)

Fórum da Saúde

Da triagem ao cuidado: A Fibrose Cística no Brasil

Garantir diagnóstico precoce e cuidado integral às pessoas com fibrose cística é um compromisso que envolve todo o sistema de saúde. Ciente dessa realidade, o Correio Braziliense e a Vertex promovem o evento "**Da triagem ao cuidado: a fibrose cística no Brasil**".

Convidados:



Rodolfo Leão

Diretor médico da Vertex



Luiz Vicente Ribeiro

Professor titular do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e coordenador executivo do Registro Brasileiro de Fibrose Cística



Carolina Fischinger

Médica geneticista e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo



Luciana Monte

Presidente da Sociedade de Pediatria do Distrito Federal, pediatria e pneumologista



Mara Rubia Figueiredo

Professora de Medicina da UNIFOR e coordenadora do Serviço de Fibrose Cística e Bronquiectasias do Hospital de Messejana



Natan Monsores de Sá

Coordenador-geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde



Veronica Stasiak

Fundadora e diretora executiva do Instituto Unidos pela Vida e membro do Grupo Brasileiro de Estudos em Fibrose Cística (GBEFC)

03/03

a partir das 9H

Auditório do Correio Braziliense
SIG Qd. 02 Lt. 340

PROGRAMAÇÃO

Diagnóstico Precoce & Triagem Neonatal

Modelos de Cuidado & Equidade Regional

Debate sobre a construção de uma linha nacional de cuidado



Inscrições gratuitas

Acompanhe o evento presencialmente ou ao vivo nas redes sociais e YouTube do Correio Braziliense.

Apoio:



Realização:



Promoção:



BR-02-2600003 February 2026